

## Túnel: moradores do Macuco cobram garantias

### Túnel: moradores do Macuco cobram garantia em edital

Há preocupação com indenizações em caso de desapropriação

BARBARA FARAS

Moradores e donos de comércios e galpões do Macuco se reuniram com a diretoria da Autoridade Portuária de Santos (APS), ontem, para esclarecimentos sobre o traçado de acesso ao túnel Santos-Guarujá e desapropriações de imóveis. Eles cobram que todas as garantias envolvendo as propriedades constem no edital. O presidente da APS, Anderson Pomini, frisou que a estatal e o Governo de São Paulo apoiam o pagamento de indenizações com valor de mercado.

"Nós estamos pedindo amparo legal e que as garantias, principalmente, sobre os pagamentos das indenizações pela concessionária, constem no edital", afirmou o secretário da Associação Comunitária do Macuco (Acom), José Santaella. O novo traçado, que já é consenso entre moradores e Estado, envolve uma superquadra entre a Rua José Patrocínio e Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, na altura da Avenida Senador Dantas até a Rua Almirante Tamandaré. O traçado consiste no isolamento de toda a área de obra e acesso ao túnel e envolve



Reunião sobre tema foi realizada na sede da APS, ontem, em Santos

eventual desapropriação de 65 imóveis, entre residências, estabelecimentos comerciais, galpões/armazéns e estacionamentos.

O secretário da Acom disse que a reunião foi pedida pela comunidade após o presidente da APS comentar publicamente sobre a possível viabilidade do projeto Porto, com zero desapropriação. "Mas, ele nos esclareceu que é viável desde que seja realizada a condição do VLT em transbordo. Se essa condição não for aceita, vale a solução

da superquadra".

Atualmente, o Estado oferta o valor de R\$ 10,380,00 por metro quadrado do imóvel, da desapropriação mais indenização. De acordo com Santaella, essa proposta não será revista.

Em resposta aos moradores, Pomini explicou que esse projeto recentemente com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e destacou dois pontos da conversa com o chefe do Executivo estadual. "Ele informou que a li-



Ligação entre as margens Direita e Esquerda do Porto de Santos está orçada em cerca de R\$ 6 bilhões

cença ambiental sai ainda este ano e que o edital provavelmente será publicado em fevereiro do ano que vem. E nossa intenção é deixar claro, no edital, que as indenizações, em caso de desapropriações, serão pagas aos moradores com base no valor de mercado por metro quadrado, ou seja, pelo valor justo", disse o presidente da APS. Pomini lembrou que sempre defendeu a desapropriação zero para a obra do túnel e, também, o menor impacto possível. "Por isso, a

importância de colocarmos estas premissas no edital. O privado que vencer para participar da PPP (parceria público-privada) terá liberdade para atuar, mas também terá as obrigações estipuladas no edital".

**REUNIÃO COM O ESTADO**

Santaella adiantou que a comunidade se reunirá novamente com o Governo do Estado para finalizar alguns ajustes, mas a data ainda não foi agendada.

"O governador vai nos receber e, juntamente

com a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), nós vamos trabalhar o texto do edital. A Raquel (Carneiro, diretora da Companhia Paulista de Parcerias, empresa vinculada à SPI), vai nos dar uma resposta na semana que vem".

Santaella disse também que, em paralelo às conversas com o Governo do Estado, o grupo está buscando escritórios de advocacia para ter o suporte jurídico necessário às transações.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Porto & Mar Caderno: A Página: 7